



Vereadora Erika Hilton

RDP nº /2022

**REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO**

Requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as violências de natureza étnico-racial direcionada às pessoas negras e indígenas na cidade de São Paulo.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

As vereadoras e vereadores que esta subscrevem, vêm, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, bem como nos artigos 91 e 93 do Regimento Interno desta Casa, requerer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 7 (sete) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, com a finalidade de investigar as violências de natureza étnico-racial direcionadas às pessoas negras e indígenas na cidade de São Paulo.

ERIKA HILTON
Vereadora



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Vereadora Erika Hilton

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objetivo promover uma ampla investigação em torno das violências praticadas contra a população negra na cidade de São Paulo, sobretudo para formular, a partir de uma metodologia de trabalho preocupada com o combate ao racismo, ações, políticas públicas e formas de enfrentamento e superação das desigualdades sociais originadas pelo racismo, no âmbito do Município de São Paulo, em especial, o modo como esse fenômeno interfere no exercício da cidade por parte das pessoas negras.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, conduzido pelo IBGE, cerca de 37% dos habitantes paulistanos fazem parte da população autodeclarada negra, estando concentrada nas regiões periféricas da cidade, em locais com poucas oportunidades de emprego; com renda média domiciliar inferior a R\$ 2.000,00; presentes em instituições de ensino pouco valorizadas; com sistema de saúde precarizado; e com dificuldade de acesso ao emprego formal.¹ Como decorrência, é possível notar que a população negra localizada em São Paulo enfrenta desafios diretamente relacionados à sua cor e raça, tendo sido privada, ao longo de toda a história do Brasil, do acesso a elementos fundamentais da cidadania.

Situação similar é vivenciada pela população indígena no Município de São Paulo. Além do conhecido histórico de marginalização desse setor, os povos originários, aldeados ou em contexto urbano, ainda enfrentam ataques relacionados à demarcação e titulação de suas terras, bem como são pouco amparados pelo Poder Público também no tocante ao direitos básicos, como saúde, educação, habitação e emprego.

O reconhecimento desses fatos, por parte da Câmara Municipal de São Paulo, implica entender que pessoas negras e indígenas são parte fundamental na construção de uma cidade mais justa. A CPI ora proposta, mais do que simplesmente discutir os severos efeitos do racismo na vida da população negra e indígena paulistana, visa empreender

¹ Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. "Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios". Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf>. Acesso em 07.01.2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Vereadora Erika Hilton

iniciativas que atuem para reverter a desigualdade étnico-racial que submete esses sujeitos à marginalização, segregação e subvalorização constantes.

Diante do exposto, conto com o apoio das e dos nobres vereadores desta Casa Legislativa para aprovação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, com o intuito de investigar as diversas violências direcionadas às pessoas negras e indígenas na cidade de São Paulo.